

Do debate clássico ao Imperialismo Total: o Imperialismo aprofundado

Rafael Unger¹

Resumo

O presente artigo se propõe a realizar uma breve revisão bibliográfica sobre alguns autores da vertente marxista do debate clássico do Imperialismo, demonstrando seu caráter endógeno em relação ao próprio desempenho do modo de produção capitalista, bem como compreender como este fenômeno se aprofunda no período do pós-II Guerra Mundial, assumindo um caráter total. O debate clássico é retomado para demonstrar os elementos que fizeram com que o processo de concorrência interempresarial se fundisse e fosse elemento determinante da rivalidade interestatal. Já o pós-guerra é funcional para ver como a concorrência se projeta ainda mais do ponto de vista global, não apenas em relação às mercadorias, mas também (e, principalmente) como uma relação social, como um modo de reprodução da vida, desta vez não mais guiada pela concorrência entre grandes potências, mas pela garantia de segurança para o capital dada pelo império norte-americano.

Palavras-Chave: Imperialismo endógeno (debate clássico); pós-guerra; empresa multinacional; hegemonia estadunidense, Imperialismo Total.

Abstract

The present article proposes to make a brief bibliographical review on some authors of the Marxist side of the classical debate of Imperialism, demonstrating its endogenous character in relation to the own performance of the capitalist mode of production, as well as to understand how this phenomenon deepens in the period of the post-II World War, assuming a total character. The classic debate is taken up to demonstrate the elements that have made the process of intercompany competition merge and is a determining factor of interstate rivalry. The postwar period is functional to see how competition is projected even more globally, not only in relation to goods, but also (and mainly) as a social relation, as a way of reproducing life, of this no longer guided by competition between great powers, but by the guarantee of security for the capital given by the American empire.

Keywords: Endogenous Imperialism (classical debate); post war; multinational company; US hegemony; Total Imperialism.

1. Introdução

Segundo Hobsbawm (1995), o mundo do pós-guerra assistiu a um número elevado de transformações de âmbito global: fim do campesinato, processos de independência, elevado crescimento econômico, preocupação maior com as economias subdesenvolvidas e promessas de uma civilização diferente daquela anterior, que engendrou duas guerras mundiais. Iniciava-se, então, a Era de Ouro do Capitalismo. Todavia, surge a partir deste momento um sistema mundial coordenado pela lógica da grande empresa multinacional e da hegemonia norte-americana, fato este subestimado por grande parte da literatura dominante da historiografia do mundo subdesenvolvido do século XX. Partindo deste sistema, faz-se necessário tratar

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo IE-UNICAMP (Área de Concentração: História Econômica). E-mail: unger.rafa@gmail.com.
Recebido em maio de 2018 e aceito em outubro de 2018.

sobre o tema do Imperialismo no pós-guerra, ou, nos termos de Florestan Fernandes, de *Imperialismo Total*, debate este hoje restringido, em grande medida, a alguns núcleos de discussão dentro do marxismo. O objetivo aqui não é esgotar o debate amplo sobre o tema, mas expor alguns pontos que podem ser considerados como mais relevantes para a compreensão do período em questão.

O tema do Imperialismo é polêmico dentro do campo da história econômica. No artigo de Mariutti (2013), é possível ver duas possibilidades analíticas principais que discutem sobre o tema.² Uma delas abrange um conjunto de autores que consideram este fenômeno como algo exógeno, ou seja, como uma disfunção do capitalismo, que deve ser corrigida dentro dos marcos do próprio capitalismo (no artigo, John Hobson, Norman Angell e Schumpeter aparecem como os principais). Para este conjunto de autores, resumidamente, o Imperialismo é oriundo de uma herança pré-capitalista de violência, esta supressora da liberdade da esfera privada, consistindo na manifestação do excesso de distorções do que deveria ser o capitalismo em sua forma pura. Este, que deve ser marcado pelo cálculo frio e racional de interesses, é capaz de suprimir, por meio do liberalismo e suas instituições, os impulsos passionais e reforçar seu caráter impessoal, racional e privado.

Ainda em relação a esta divisão presente no artigo de Mariutti (2013), do outro lado, o Imperialismo é visto como a simbiose entre as rivalidades interimperialista e interestatal, sendo elemento endógeno do próprio funcionamento do modo de produção capitalista, por meio dos monopólios. O fenômeno da colonização, aqui, passa a ter motivações mais próprias do capital. Esta vertente é, geralmente, mais comum dentre os autores marxistas (no artigo já citado, estão presentes Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukharin e Lenin).

E é por este caminho que o artigo seguirá, tentando abrir as questões abertas no parágrafo anterior e muitas outras a partir da retomada de uma parcela importante do debate clássico do Imperialismo, a partir das obras de Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lenin, além de fazer breves considerações sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Em um segundo movimento mais geral, o artigo partirá para a análise da história, a partir deste viés do Imperialismo como fenômeno endógeno, conduzindo a análise para o "Imperialismo Total", com suas novas nuances e seus elementos de continuidade. Por fim, serão feitas algumas considerações finais.

² O artigo de Mariutti (2013) não trata sobre todos os autores que trataram sobre o tema, optando por alguns principais.

2. Elementos do debate clássico do Imperialismo

O fenômeno do Imperialismo foi agente causador de amplo debate. Stathakis (2008) foi preciso ao fazer um importante lembrete: o debate não tem como objetivo principal compreender as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas se insere em um escopo maior de discussão sobre o porquê dos países capitalistas precisarem exercer seu controle sobre as áreas pré-capitalistas, compreendendo seus mecanismos de controle específicos que surgem a partir do próprio funcionamento do mundo capitalista, ou seja, como endogenamente o capitalismo engendra tendências e práticas imperialistas.

A inspiração de grande parte desta frente de exposição origina-se na obra de Marx, que não é propriamente um autor da teoria do Imperialismo, mas traz muitas das bases para discussões posteriores dos autores. Dentre muitos aspectos, um importante já se faz presente no primeiro livro d'O Capital (MARX, 2013): a violência explícita da acumulação primitiva é substituída por outra forma de violência, esta implícita em imposições contratuais em prol da lógica de maximização da mais-valia. Contudo, quando esta não se realiza como esperado, os métodos explícitos retornam.

Além disso, já no terceiro livro (MARX, 2017), com o acirramento do processo de concorrência, unido à maior concentração e centralização do capital, faz com que haja uma tendência de queda da taxa de lucro, ainda que possa existir mais-valia extraordinária em alguns momentos específicos. Marx expõe também alguns fatores que funcionam em sentido contrário a esta tendência. Não a fim de negá-la, mas comprovando sua veracidade, mostrando também alguns limites do que ele chama de "causas contra-arrestantes". No décimo quarto capítulo do terceiro livro d'O Capital, Marx (2017) busca razões para explicar o porquê da lei de queda da taxa de lucro é uma tendência, e não uma realidade constante, o que colocaria o capitalismo em xeque num ritmo ainda mais acelerado. O autor resume os fatores que seguem em sentido contrário a esta lei em seis pontos principais: i) o aumento da exploração no trabalho pela elevação da jornada (sem a necessidade de elevar a componente constante do capital), que acaba esbarrando na capacidade de explorar a mesma quantidade de trabalho por tempo de trabalho, reduzindo, no longo prazo, a massa de mais-valor criada; ii) compressão salarial abaixo do valor; iii) barateamento dos elementos do capital constante (pela própria evolução de setores produtores destes meios de produção); iv) superpopulação relativa; v) aumento da proporção do capital a juros; vi) comércio exterior, seja barateando elementos do capital constante, seja pela competição internacional, na qual pode vender mercadorias acima de seu valor no país originário (sendo, ainda assim, mais barato do que de concorrentes locais com maiores custos de produção, quando existirem). Esse comércio exterior, entretanto, não deve ser entendido apenas como transações de

mercadorias, mas também de capitais (modalidade predominante a partir do período do Imperialismo clássico), sendo esta forma entendida como algo mais amplo, como uma exportação da relação social capitalista.

Por fim, longe de objetivar uma exposição extensa sobre teorias marxistas de crise, é importante conceber como Marx (2013; 2017) entende esta questão, ainda que de forma mais introdutória.³ Para o autor, as crises são fenômenos historicamente definidos muito mais por elementos da esfera da circulação no que tange à capacidade de extração e realização da mais-valia e, na maioria dos casos, é resultado contraditório da própria operação do modo de produção capitalista.

Para Hilferding, o debate sobre o Imperialismo passa por observar o novo comportamento do capital: antes dissociado em naturezas industrial, bancário e comercial, no capitalismo monopolista, estes capitais se fundem diretamente no que o autor conceituou como capital financeiro. É importante ressaltar que a tendência de concentração e centralização do capital se acentuou a partir do último quarto do século XIX em diante, levando a formas de organização de trustes e cartéis que, segundo o autor, traz vantagens a este bloco de capital via monopólios de mercado. Desta forma, com a expansão cada vez mais acelerada dos blocos de capital, a competição se acirra e se expande para o mercado mundial, fazendo com que esse capital se associe com o aparelho estatal, que, por sua vez, precisará se tornar cada vez mais apto a defender os interesses do capital financeiro associado (Hilferding, 1985).

Tal associação trouxe maior poder de atuação para este capital financeiro e inverteu a forma com que este capital irá se associar com o Estado. Nesta linha, Mariutti (2013) afirma que o sentido do próprio protecionismo se altera em favor da maturação cada vez maior do capital financeiro, que se associa aos aparelhos estatais que sejam capazes de garantir seus interesses para além de suas fronteiras internas. O próprio papel das indústrias nacionais, do protecionismo estatal e dos subsídios visa consolidar a posição das grandes empresas. Além de criar uma ideologia favorável à sua expansão, para Hilferding, o capital financeiro passa a exigir do Estado que se una ao capital financeiro para poder controlar o processo de concorrência, em termos muito maiores, não mais no cenário nacional (mercado este que já deve estar garantido pelo Estado), mas sim no mundial, o que gera uma competição acirrada também entre os Estados.

Hilferding mostra também que este novo capital financeiro buscará a expansão para mercados externos (nos termos do autor, o processo de exportação de

³ Para discussões mais profundas sobre o tema, ver Grespan (1998) e Grespan (2015).

capital)⁴, a fim de conseguir prover queda dos custos produtivos, principalmente com a possível mobilidade das indústrias para espaços de acumulação mais vantajosos dos pontos de vista da disponibilidade de recursos naturais e da produtividade do trabalho. Além disso, o capital poderá se associar a outros setores, em relações de complementaridade (sempre com o poder majoritário das decisões nas mãos do capital financeiro), além de poder se proteger contra oscilações de demanda dos países de origem. O processo de exportação de capital não é apenas estimulado pelo sistema protecionista do país exportador,⁵ mas também por parte do país receptor, de forma a colaborar com "a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital" (HILFERDING, 1985, p. 295). Neste sentido, a influência dos países exportadores de capital sobre os menores passa também pela remoção de quaisquer entraves legislativos à sua penetração nestes países, exercendo influência direta sobre os poderes locais dos países receptores, submetendo-os aos interesses do capital financeiro.

No processo de enfrentamento dos entraves internos do país receptor, o capital financeiro utiliza-se da ferramenta da violência estatal para exercer o caráter colonial da exportação do capital em seu limite máximo.⁶ Os métodos violentos podem ocorrer pelo exemplo radical da "expropriação sumária dos nativos" até formas menos radicais (o que não significa que sejam menos violentas) como "estabelecimento de um sistema tributário que exige dos nativos contribuições em dinheiro num montante tal que só pode ser obtido por um trabalho incessante a serviço do capital estrangeiro" (HILFERDING, 1985, p. 300). Além disso, segundo Campos e Sabadini (2014, p.24), Hilferding aponta para o fenômeno da "cooptação das burguesias locais pelo capital financeiro". A violência do Estado a serviço do capital faz com que a mão-de-obra dos países receptores destine-se majoritariamente à criação de excedente que permita ao capital monopolista obter lucros extraordinários. Além disso, o autor mostra a importância do acesso a novas fontes de matérias-primas como outra fonte importante de lucros extras via redução de custos de produção:

⁴ Segundo Hilferding, a exportação de capital consiste em capital enviado ao exterior para a geração e realização de mais-valia, sendo esta destinada não ao país de origem, mas sim às empresas monopolistas detentoras do capital. Segundo Campos e Sabadini, "o autor relaciona tal categoria diretamente ao capital produtivo, analisando mais detidamente os investimentos feitos nas diversas atividades produtivas das sociedades anônimas construtoras de ferrovias, exploradoras de minas, dentre outras" (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 4). Ainda segundo estes autores, há também estrita relação entre a exportação de capital com o desenvolvimento da esfera financeira em escala global.

⁵ Os estímulos internos não se limitam ao Estado, mas também ao papel fundamental que os bancos exercem para o processo de exportação de capital.

⁶ "Como sempre, quando o capital enfrenta pela primeira vez condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econômica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a a serviço da expropriação violenta, que arranja o proletariado livre necessário [...]. Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletariado explorado é conditio sine qua non do capitalismo" (HILFERDING, 1985, p. 299-300).

Assim, considerando a taxa de lucro, suprime-se o efeito de sua redução, ocasionada mediante a paralisação da produtividade causada pelo protecionismo moderno. Dessa forma, o livre-comércio resulta nocivo e supérfluo para o capital. A paralisação da produtividade, em consequência da redução do território econômico, tenta compensá-lo não pela transição para o livre-comércio, mas pela ampliação do território econômico próprio, forçando a exportação do capital (HILFERDING, 1985, p. 295).

Os impactos internacionais da exportação de capital podem ser sintetizados em duas vertentes: a redução dos impactos de crises nos países capitalistas e acentuação do processo de partilha colonial das áreas não capitalistas. Em resumo, os objetivos principais do capital financeiro e seu processo de exportação de capital são a expansão do espaço econômico, a utilização dos Estados poderosos para proteger a si próprio da concorrência estrangeira e transformação do máximo de áreas possíveis em simples áreas de exploração para o capital. Segundo Campos e Sabadini (2014), o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que é uma das formas de exportação do capital, auxiliaria no desenvolvimento produtivo de outras regiões, mas este desenvolvimento não implica em ruptura com o subdesenvolvimento e possibilidades de emancipação em relação à dominação do capital financeiro. Muito pelo contrário: a extração do excedente passa a ser comandada e controlada pelo capital estrangeiro, aprofundando os antagonismos oriundos dos fenômenos da dependência externa e do subdesenvolvimento. Segundo estes autores, a questão que se coloca neste momento não é apenas a da exportação de capitais por si própria, mas também da subordinação dos países importadores em relação ao padrão de desenvolvimento dependente e imposto pelas economias centrais e, principalmente, pelo capital dominante. Em outras palavras, este capital não permite aos países receptores a realização de projetos emancipatórios de desenvolvimento.⁷

Rosa Luxemburgo, outra autora importante para esta seção, é alvo de várias controvérsias dentro deste debate, que não reduzem a relevância dos fatores que serão levantados a partir de sua obra. Um elemento fundamental para Rosa é a questão da violência: a autora afirma que a violência é elemento básico do funcionamento do modo de produção capitalista, independente de sua fase histórica (LUXEMBURGO, 1985; 1999). Outra contribuição importante da autora é mostrar que diferentes modos de produção podem coexistir, inclusive dentro de um mesmo país. Isso leva à diferenciação que Rosa Luxemburgo (1985) faz sobre interno e externo: não

⁷ Os autores, à luz do *Capital Financeiro* de Hilferding, propõem a seguinte definição sobre o que é o Imperialismo para o autor: "O imperialismo constitui assim um nexos entre unidade, mobilidade e antagonismo do capital financeiro. Em outras palavras, a exportação de capital não se refere apenas a 'exportação de capitais', mas a própria exportação da relação social capitalista em uma lógica intrinsecamente imperialista, cuja função é preservar os vínculos mundiais que canalizam a valorização do capital financeiro" (CAMPOS; SABADINI, 2014, p. 22).

se refere simplesmente ao comércio internacional, mas sim a áreas internas ao modo de produção capitalistas e áreas que não são estritamente capitalistas, tratadas como externas.

Como autora marxista, é importante ver suas contribuições complementares à obra de Marx. Sobre a questão do crédito, segundo Rosa Luxemburgo (1999), o crédito exacerba e acentua o caráter contraditório das crises no capitalismo: o crescimento da capacidade produtiva muito à frente do crescimento da capacidade de consumo. O crédito não apenas agrava as crises dentro do capitalismo, mas, em inúmeras vezes, acelera o tempo histórico de sua criação. A autora lembra também que o crédito, além de acentuar a tendência de superprodução, em momentos de crise, afeta o sistema também pelo lado da contração da demanda, ao reduzir sua disponibilidade e elevar seu custo. Outro fator importante é a formação de cartéis: para Luxemburgo (1999), há clara contradição entre o caráter internacional da economia capitalista mundial e o caráter nacional do Estado capitalista, que é acentuado por estes cartéis, corroborando não apenas a rivalidade interempresarial, mas também entre os Estados.

Assim como Marx, Rosa lembra que o Estado é “uma organização da classe capitalista dominante” (LUXEMBURGO, 1999, p. 55). Isto faz com que sua função teórica, de defensor dos interesses gerais, se dissipe em mera retórica, esta útil para a coerção geral em prol dos objetivos da classe dominante. Este Estado apenas se volta para questões de interesses mais gerais da sociedade como um todo se esses interesses também trouxerem benefícios para a classe que o controla. Dentro da lógica das áreas externas, este Estado exerce papel fundamental também como área externa ao capitalismo, ao assumir para si funções que não visam diretamente o lucro, mas colaboram com a concorrência interempresarial, sendo grande parte delas ligadas à militarização.⁸

Segundo Luxemburgo (1985), no processo de competição entre as nações desenvolvidas por novos espaços de acumulação em escala mundial, a violência e a militarização tornam-se elementos ainda mais centrais na análise. Sobre o militarismo, a autora aborda extensamente o assunto. Contudo, o que precisamos captar é que cria dois efeitos positivos: i) é fundamental para a absorção de novas áreas não capitalistas por meio da violência; ii) cria uma demanda crescente para a produção

⁸ Paul Singer também mostra que esta demanda externa se liga aos serviços públicos: “Cumprir notar que a própria Rosa percebe que o Estado é um componente importante da demanda “externa” ao sistema. Toda a demanda que o Estado absorve sob a forma de impostos é uma demanda não-capitalista – para armamentos ou para serviços públicos, que não geram lucros” (SINGER, 2009, p. 22). Arantes, por sua vez, ressalta a importância do Estado em um contexto de violência contínua e da militarização em prol da concorrência intercapitalista: “A ideia é que se trata de exploração primitiva, de espoliação, ou seja, de apropriação direta. Temos assim uma chave para entender porque o Estado é central, porque existe guerra e porque tudo está militarizado” (ARANTES, 2009, p. 113).

de armas, estimulando a acumulação neste setor com maiores taxas de lucro, e de trabalhadores (tanto no setor bélico como os próprios soldados).

Entretanto, há também dois efeitos negativos: o aumento de gastos militares por parte do Estado e o acirramento dos conflitos interestatais entre as nações imperialistas.⁹ Essa violência intrínseca se revela no caráter capitalista de visar colocar o mundo inteiro à sua disposição para empregar volumes cada vez maiores da mais-valia antes realizada. Tal reprodução ampliada do capital se utiliza muitas vezes da utilização de métodos não econômicos, além de recorrer ao comércio que, por essência, relaciona formas de produção capitalistas e pré-capitalistas (LUXEMBURGO, 1985). Mariutti (2014a) afirma que esta expansão para áreas externas é resposta ao problema da reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que explora exaustivamente as áreas não-capitalistas, a exportação de capital é responsável também por destruir as antigas formas de organização da produção, inserindo a lógica capitalista também nas regiões externas, que passam a ser internas a partir deste novo momento (MARIUTTI, 2014a). Em outras palavras, no processo de expansão do capital para as áreas não capitalistas, o capital não se limita a manter as relações arcaicas já vigentes, mas transforma violentamente as relações de produção, sem que necessariamente impacte na estrutura social.¹⁰

Dessa forma, fica visível que a busca de novas áreas de acumulação não se restringe à necessidade de conseguir novas fontes de meios de produção, mas também para obter formas cada vez mais superexploradas de força de trabalho¹¹ (LUXEMBURGO, 1985). Mariutti (2014b) afirma que a expansão violenta do capitalismo, subjulgando as formas mais antigas, fez com que a violência se expandisse para todas as áreas da vida social das populações dominadas, sendo variável fundamental que explica a noção de que o capitalismo influencia ou até mesmo determina os rumos do progresso civilizatório. Na relação com as áreas não capitalistas, em âmbito mundial, erige mais um fator: a violência passa a operar também por meio de mecanismos econômicos e da disparidade nas relações internacionais, além dos conflitos militarizados. Sobre o assunto, Rosa Luxemburgo afirma que:

⁹ Cfe. Mariutti (2014a).

¹⁰ A questão fundamental é o descolamento do trabalho de seus meios de produção, destruindo as formas prévias e submetendo a mão-de-obra dos países externos à divisão internacional do trabalho.

¹¹ "Assim como a produção capitalista não pode limitar-se às riquezas naturais e às forças produtivas das zonas temperadas, necessitando para seu desenvolvimento, pelo contrário, de todos os tipos de terra e de clima, da mesma forma só a força de trabalho branca não lhe basta. Para o aproveitamento de regiões em que a raça branca não tem condições de trabalhar, o capital necessita de outras raças. Tem de poder dispor de força ilimitada de toda a força de trabalho do globo inteiro, para com ela pôr em movimento todas as forças produtivas da face da Terra, na medida em que os limites da produção da mais-valia o permitam. Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente "libertada", para que possa engajar-se no exército ativo do capital. Esse desatrelamento da força de trabalho de suas relações sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado capitalista é uma das condições históricas indispensáveis ao capitalismo" (LUXEMBURGO, 1985, p. 27).

O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico (LUXEMBURGO, 1985, p. 87).

Contudo, Rosa lembra que o sistema capitalista é contraditório por não se sustentar sem esse tipo de relação citada com as áreas não capitalistas. Ou seja, ao mesmo tempo em que destrói as estruturas pretéritas de outros modos de produção, cria as condições para sua própria destruição. Isso não implica em um automático fim do capitalismo e instauração do socialismo,¹² mas traz a tona essa possibilidade, exposta em uma questão fundamental para a autora: socialismo ou barbárie. Ou seja, em momentos de acirramentos das contradições capitalistas, apenas duas alternativas são possíveis: o socialismo ou o aprofundamento de métodos violentos de dominação. Em resumo, a competição interestatal (decorrente da associação dos capitalistas com seus respectivos Estados), a exploração de áreas não capitalistas (seja por espoliação, seja por mecanismos econômicos de empréstimos ou tarifas alfandegárias) e o militarismo são os elementos fundamentais do Imperialismo para a autora (LUXEMBURGO, 1985)¹³.

Além de Hilferding e Rosa, o artigo retoma Lenin que, para Fernandes (2012), é essencial para o marxismo como um todo, por ser um dos grandes responsáveis por recuperar o viés revolucionário da teoria marxista, compreendendo as formas de transição para o socialismo a partir de uma teoria com capacidade generalizante, mas também com a preocupação de compreender corretamente as possibilidades históricas de cada especificidade. E dentro deste cenário, Lenin concebe sua teoria sobre o Imperialismo: segundo ele, este fenômeno histórico é a fase preliminar de uma revolução socialista, a qual o autor visa em escala global, numa espécie de combate à "falsidade dos pontos de vista dos social-pacifistas e das suas esperanças numa 'democracia mundial'" (LENIN, 2011, p. 108), levando em conta o fato de que a I Guerra Mundial foi uma luta imperialista de ambos os lados. Para o autor, enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção, a guerra imperialista é um

¹² Segundo Mariutti: "Assim, o esgotamento desta forma de expansão – a subordinação do mundo todo à lógica do capitalismo plenamente constituído – não implica automaticamente o fim do capitalismo (e, muito menos, a instauração do socialismo) mas, seguramente, reduz o leque de alternativas ao seu dispor. Deste modo, o fim iminente da 'zona não-capitalista' aproxima o capitalismo do ponto de conversão da contradição entre o capital e o trabalho em um antagonismo que, em conjunto com a crescente socialização da produção (o único elemento objetivo e automático realizado pelo capitalismo), cria a possibilidade efetiva de uma revolução socialista como alternativa à generalização da violência e regressão social" (MARIUTTI, 2014a, p. 7).

¹³ "Para Rosa, o imperialismo decorre fundamentalmente das dificuldades da realização da reprodução ampliada do capital, fato que impele os capitalistas a se associarem ao seu Estado para, mediante esta aliança, se defenderem de seus rivais e poderem disputar militarmente o controle sobre as zonas onde ainda não dominam as relações especificamente capitalistas de produção" (MARIUTTI, 2014a, p. 8).

fenômeno inevitável. O próprio Capitalismo, em si, tinha se transformado em um sistema de expansão colonial e asfixia das finanças da maior parcela do mundo por parte de poucas nações avançadas. Sampaio Jr. (2011) demonstra que a importância do autor está na compreensão da contradição fundamental deste período: “o crescente antagonismo entre a socialização das forças produtivas em escala mundial e a apropriação privada dos meios de produção por uma oligarquia financeira” (SAMPAIO Jr., 2011, p. 33).

Lenin infere que o imperialismo é decorrente do movimento de exportação do capital. Segundo Mariutti (2013), a exportação de capital é justificada por Lenin a partir da lei de Marx que fora exposta acima. Lenin não analisa apenas o processo de formação de monopólios industriais, mas também das instituições bancárias, sendo mais uma variável importante da passagem do capitalismo para o imperialismo, não apenas via absorção direta, mas também com participações indiretas em outros bancos menores, expandindo os laços de dependência dos bancos menores em relação aos dominantes.

Isso acelera a concentração de todo o capital e seus rendimentos, formando um bloco capitalista coletivo (truste monopolista) e subordinando as demais relações capitalistas à sua atuação, de cunho privado, conforme os interesses do grande capital (inclusive com a participação de membros do capital bancário nos conselhos das grandes empresas ou no próprio Estado).¹⁴

O termo “capital financeiro” é descrito como o capital dos bancos e dos industriais, que o compõe em relação de interdependência: o primeiro grupo precisa investir cada vez mais capital na indústria que, por sua vez, depende de volumes cada vez maiores desse capital, o qual não dispõe de imediato. Aliado ao conceito de monopolização da indústria e do capital bancário, os monopólios capitalistas são mandatoriamente gerenciados por uma oligarquia financeira. Esta é responsável, através de sua atuação de controle sobre o Estado, por colocar a sociedade toda em função de sua lógica de valorização.

Segundo Lenin (2011), a atuação dos trustes monopolistas não se dá apenas na esfera estritamente econômica, mas expande sua ação para todas as esferas da vida social. Isso faz com que haja uma supremacia interna dos oligarcas financeiros, proprietários do capital financeiro, e, conseqüentemente, sua atuação influenciará a

¹⁴ “[...] quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.” (LENIN, 2011, p. 144).

tomada de decisões dos Estados dominantes do sistema, tornando-os também extremamente poderosos no jogo político internacional.

Ao contrário da fase anterior, da supremacia da exportação de mercadorias, a fase imperialista se caracteriza pela exportação de capitais, decorrente do excedente desses capitais nas principais nações avançadas e da disponibilidade de áreas atrasadas, nas quais o capital conseguirá obter lucros muito maiores do que em seus países de origem. As bases que compõem as nações dominadas são grandes facilitadores para a inserção e dominação imperialista, abrindo grandes espaços para o que Lenin (2011) chama de "parasitismo capitalista" dessas oligarquias financeiras, sejam em forma de expansão para suas próprias colônias, empréstimos ou investimentos produtivos, em um processo de partilha indireta do mundo.

Além disso, Lenin aponta a relação de alianças entre as burguesias dos países exportadores de capital e dos países dominados, a fim de garantir que o capital encontre condições cada vez mais favoráveis para sua realização e reprimir quaisquer movimentos sociais que advogassem para si o propósito de ruptura com os laços de dependência. O capitalismo moderno mostrou que entre os grupos capitalistas se estabeleciam certas relações baseadas na partilha econômica do mundo e que, paralela e conseqüentemente, se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias a fim de servirem como novos espaços de acumulação e como garantias contra a concorrência de outros grupos financeiros internacionais.

Sobre a busca por matérias-primas, a corrida imperialista não consiste apenas em buscar o controle de fontes já conhecidas, mas sim dominar quaisquer possibilidades de utilização de novas fontes. Um movimento lento de uma nação pode fazer com que ela se torne retardatária nesta corrida (LENIN, 2011). Pelo lado dos países dominados, Lenin expõe dois tipos de colonialismo para o momento dos trustes monopolistas: o exemplo clássico das colônias que não possuem governos com independência política e os que a tem. Contudo, em nenhum dos dois casos a possibilidade de ruptura com os laços dependentes se coloca de modo claro:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática (LENIN, 2011, p. 212).

O autor fala que o imperialismo nada mais é do que o desenvolvimento muito acentuado do Capitalismo, no qual suas principais contradições são exacerbadas e apontam para um novo regime econômico e social superior, ou seja, seria um regime de transição. Notam-se, aqui, cinco características principais: i) existência dos monopólios; ii) nascimento do capital financeiro e domínio da oligarquia que controla este novo capital; iii) exportação de capitais como protagonistas frente à exportação de mercadorias; iv) partilha do mundo por “uniões internacionais monopolistas”; v) partilha territorial entre os países centrais, que serve como elemento de luta hegemônica (LENIN, 2011). Em sua síntese final sobre o que é o Imperialismo, à luz do que já foi observado, Lenin afirma:

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação) [...]. A isto há que acrescentar que, não só nos países recentemente descobertos, mas também nos velhos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, intensifica também a resistência (LENIN, 2011, p. 260-261).

Por fim, esta seção retoma também os principais elementos do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky. A premissa inicial do autor é de que o surgimento do capitalismo como modo de reprodução da vida em escala mundial recondiciona qualitativamente as condições do próprio desenvolvimento dos países. Para o autor, o processo de assimilação dos elementos modernos assume realidade material e ideológica, contudo sem necessariamente ter que reproduzir todo o passado histórico dos países de vanguarda do processo histórico. Para ele, o sistema capitalista “preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade” (TROTSKY, 1977, p. 24) e, desta forma, ao impor a urgência de novas necessidades, impede a reprodução das formas de desenvolvimento das economias avançadas. Segundo Demier (2007), há de se compreender que:

[...] as regiões 'coloniais' e "semi-coloniais" não poderiam desenvolver a sua história em separado, e, portanto, não seria possível superar o atraso passando-se a um "estágio" superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos "autônomos", impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história, repetisse as etapas das regiões pioneiras do capitalismo (DEMIER, 2007, p. 78).

Segundo Trotsky, este cenário mostra que o desenvolvimento nos países atrasados carrega consigo “um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY, 1977, p. 25), em um processo adaptativo do processo de modernidade à realidade primitiva de sua sociedade de forma desigual.¹⁵ A lei do desenvolvimento combinado consiste no “amálgama das formas arcaicas com as mais modernas”¹⁶ (TROTSKY, 1977, p. 25), com a presença estatal que necessita cada vez mais do apoio das classes possuidoras.

O assunto do imperialismo, além de seu debate clássico, precisa ser compreendido no conjunto maior da história mundial. Desta forma, torna-se possível compreender seus movimentos, desde o final do século XIX até o seu clímax com a forma assumida no pós-II Guerra Mundial. Há de se pontuar, inicialmente, que o debate clássico do Imperialismo tem em vista o modelo de civilização do século XIX. Portanto, é importante retomar os componentes principais do final deste século: a Segunda Revolução Industrial, a rivalidade imperialista que surge a partir deste momento e o papel da hegemonia britânica no período anterior ao conflito da I Guerra Mundial, aliado ao processo de consolidação mundial da grande empresa. Cabe também apresentar que esta civilização, mesmo com suas tentativas de reconstrução e manutenção, teve suas bases destruídas no período 1914-1945, com duas Guerras Mundiais e uma grave crise (a Grande Depressão) entre elas.

Durante o período do entreguerras, o imperialismo exerceu domínio de diferentes formas. Sua operação na década de 1920 se deu com as pressões cambiais para o restabelecimento do Padrão Ouro. Além disso, os países avançados continuavam a exercer sua dominação comercial e financeira sobre os demais países. Contudo, a queda da hegemonia britânica (já vista desde os anos 20), o papel dos Estados Unidos no período¹⁷ e a crise de 1929 implantaram um novo momento histórico, crítico para o próprio sistema capitalista, reduzindo o caráter internacional do comércio e da finança internacionais, levando a uma década marcada pelo isolacionismo dos países avançados, que passaram a buscar soluções mais pela via interna do que pela externa,¹⁸ permitindo a abertura de flancos para alguns países

¹⁵ Similar ao conceito de desenvolvimento desigual de Lenin. Trotsky qualifica o conceito ao inserir o elemento combinado deste desenvolvimento.

¹⁶ Em termos mais práticos, trata-se da “articulação da indústria moderna com as condições rurais tradicionais (pré-capitalistas ou semicapitalistas)” (LÖWY, 2015, p. 114).

¹⁷ Esse papel não se restringe apenas ao fato de que o país não assumiu as funções hegemônicas, que ficaram nas mãos de uma Inglaterra enfraquecida após a I Guerra Mundial. Outro elemento importante é a progressiva substituição de capitais europeus por capitais norte-americanos na estrutura de passivos dos países dependentes (SODRÉ, 1962).

¹⁸ “O período pós-Depressão caracterizou-se por uma volta a padrões de crescimento “nacional-autárquico” e, em vários casos, sob regime de força, onde os Estados Nacionais passaram a centralizar ainda mais o financiamento à acumulação de capital, principalmente para os meios de produção e setores básicos. Dentro deste clima de agressiva competição capitalista internacional, a exportação de capital produtivo pesado era ainda mais restringida pelos próprios Estados Nacionais, empenhados em defender

periféricos engendrarem esforços nacionais em prol de processos de industrialização substitutiva de importações. Um elemento constitutivo do imperialismo no período do entreguerras é o aumento da disparidade entre a riqueza das nações avançadas em comparação com as periféricas. Segundo Sodré (1962), esta diferença “é a caracterização do imperialismo, que faz contrastar a extraordinária prosperidade da economia de monopólios com o extraordinário depauperamento das economias coloniais e dependentes” (SODRÉ, 1962, p. 318-319).

Neste período, o elemento que contém um caráter mais internacionalizado é o da guerra. Além disso, a preponderância financeira que os Estados Unidos assumem no período e o próprio desdobramento do conflito armado da II Guerra Mundial colocam os Estados Unidos em uma posição de poder assumir o controle mundial a partir de 1945, como será visto na próxima seção. Também será apresentada a nova forma que a grande empresa americana passa a tomar e como ela passa a assumir um caráter internacional, utilizando-se de mais prerrogativas de ordem econômica, sem abandonar o elemento extraeconômico.

Postos estes fatores à tona, o trabalho terá a possibilidade de se destinar a observar as novas características do imperialismo do pós-guerra, ou seja, do Imperialismo Total.

3. Do Imperialismo “clássico” ao Imperialismo Total

Segundo Wood (2014), apesar de sua importância, o imperialismo clássico, discutido anteriormente, ainda não tinha obtido a capacidade de ser “um sistema verdadeiramente global” (WOOD, 2014, p. 97), apesar de ter conseguido abarcar uma grande quantidade de territórios para sua dominação. A questão principal era a incapacidade do poder econômico do sistema mundial de se tornar mais abrangente, universal, precisando, muitas vezes, recorrer à dominação por mecanismos de natureza extraeconômica por meio da atuação da força dos Estados centrais. O período do pós-guerra, neste ponto, diverge do momento em que se deu o debate clássico.¹⁹ Por isso, a partir deste momento, será aprofundado o estudo da forma que o Imperialismo assume a partir do final da II Guerra Mundial, ainda que alguns traços já pudessem ser notados antes do final do conflito. É preciso considerar, antes de qualquer coisa, que o Imperialismo no período entreguerras foi marcado, segundo Campos (2015), pelo “bloqueio da circulação de bens e capitais, motivada

duas respectivas vantagens tecnológicas e reservar capacidade básica de acumulação para sustentar a indústria militar” (CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 93-94).

¹⁹ Segundo a autora, a natureza da dominação imperialista dentro dos marcos da hegemonia estadunidense é diferente, pois “os Estados Unidos preferiram, sempre que possível, evitar a dominação colonial direta e se valer da hegemonia econômica – menos custosa, menos arriscada e mais lucrativa. Os Estados Unidos exerceram – e ainda exercem majoritariamente sua dominação por meio dos imperativos econômicos, tornando as potências subordinadas sujeitas às suas próprias compulsões econômicas e que emanam do capital norte-americano” (WOOD, 2014, p. 10).

pela grande depressão, e a devastação das estruturas produtivas das economias centrais" (CAMPOS, 2015, p. 17), possibilitando alguns processos de industrialização de cunho mais nacional e controlado, muitas vezes, pelos Estados subdesenvolvidos.

Segundo Dreifuss (1987), a entrada dos EUA no conflito armado não representou apenas um fator decisivo dentro da II Guerra Mundial, mas também (e, principalmente) um movimento liderado pelas elites americanas em intensificar o esforço do país a assumir maior protagonismo no mundo pós-guerra como nação hegemônica, de fato.²⁰ A própria criação das instituições multilaterais do pós-guerra passou primeiramente pelo crivo do congresso dos EUA para poderem ser implantadas.

René Dreifuss (1987) considera a II Guerra Mundial (principalmente seu término) como o momento histórico que marca a consolidação de uma nova forma de capitalismo, considerando a empresa multinacional como a "forma organizacional básica" (DREIFUSS, 1987, p. 135). O que mudou e o que se manteve? Para assimilar o real significado deste objeto, é preciso destacar três elementos essenciais, que atuam conjuntamente: a) a atuação dos Estados Unidos como nação hegemônica; b) a nova forma de organização da divisão internacional do trabalho a partir da grande empresa multinacional; c) o papel da Guerra Fria na redefinição das relações entre centro e periferia.²¹ Observando o funcionamento e a conjunção destes três fatores fundamentais, há de se concordar com Eduardo Mariutti, que afirma que "os Anos "Dourados" não foram marcados pelo amortecimento do capitalismo" (MARIUTTI, 2014b, p. 9, grifos do autor). Hobsbawm (1995) é preciso ao dizer que a "Era de Ouro" do capitalismo foi extremamente seletiva, ainda que espraiasse processos de industrialização mais contundentes em outras localidades.

²⁰ "O CFR apresentou um memorando, no dia 24 de julho de 1941, ao Presidente Roosevelt e a seu Secretário de Estado a sua visão sobre a 'política norte-americana, sua função na presente guerra, e seu possível papel no período do pós-guerra'. O memorando analisava a economia norte-americana, sua vocação e tendência e suas necessidades para um bom funcionamento. Definia uma 'Grande Área' geopolítica e econômica indispensável à sua sobrevivência e exigia, no período imediato, a contenção das ameaças alemã e japonesa, nesse território específico. Para o pós-guerra, o memorando do CFR recomendava um intenso trabalho de remodelação da Europa e outras regiões de capital importância para os Estados Unidos, listando ainda algumas questões que deveriam ser focalizadas em profundidade – entre elas, a criação de instituições financeiras internacionais para estabilizar as moedas e de instituições bancárias internacionais para facilitar investimentos e o desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas. A administração Roosevelt, estreitamente vinculada ao CFR, aceitou as linhas mestras do memorando, assim como o fez a administração Truman, que a sucedeu" (DREIFUSS, 1987, p. 35-36).

²¹ Esta subdivisão é similar à utilizada por Campos (2003): "O movimento do capital estrangeiro numa perspectiva externa apresentou, portanto, três processos inter-relacionados a partir do pós-guerra: 1)- a necessidade de ampliação dos espaços territoriais para a acumulação das grandes empresas do centro capitalista, como um meio tático para buscarem novos mercados, substituindo a estratégia puramente comercial pela instalação de plataformas produtivas em territórios nacionais; 2)- o rearranjo institucional que se montou a partir da II Guerra Mundial, através de regras definidas em Bretton Woods, onde se estabeleceram normas gerais para a circulação de capitais e mercadorias no mundo capitalista, assim como o levantamento de recursos para as economias devastadas durante o grande conflito, ao mesmo tempo ampliando os mercados para as empresas norte-americanas; 3)- a nascente rivalidade entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética, originando zonas de influência política e econômica estritamente demarcadas por espaços nacionais subordinados" (CAMPOS, 2003, p. 9).

Ao contrário do que se convencionou dizer, a regulação de Bretton Woods²² não obteve sucesso no controle da produção capitalista, principalmente com o advento da empresa multinacional. O efeito foi exatamente o oposto, e é o que estudaremos a partir daqui.²³ Hobsbawm (1995) demonstra a fragilidade do regime de Bretton Woods. Ao contrário do que se pensava na época, as instituições multilaterais não tiveram grande sucesso e o sistema se sustentou apenas por causa da elevada ação dos Estados Unidos e da supremacia de sua moeda, e não da eficiência macroeconômica dos modelos ditos *keynesianos*. Não foi um período de controle do capitalismo, mas sim "do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis" (HOBBSAWM, 1995, p. 269), lastreados, contudo, em uma frágil base.

Os elementos fundamentais citados no início desta seção tomam forma também com o Plano Marshall, em suas metas econômicas principais que, segundo Block (1980), eram: a) a estabilidade de preços; b) a restauração do multilateralismo; e c) a recuperação produtiva. O primeiro elemento atende diretamente ao interesse de controlar o avanço soviético, além de criar condições para que os países conseguissem lidar com as possíveis pressões sobre seus respectivos Balanços de Pagamentos. O segundo corroborava para a formação de uma economia capitalista com caráter realmente mundial, essencial para o avanço da empresa multinacional, que encontra grandes oportunidades para a acumulação de capital no exterior, liderando a recuperação da produção em solo europeu.

O imperialismo no pós-guerra assume nova feição, mas não abandona sua essência. Segundo Magdoff (1978), o imperialismo neste período voltava-se prioritariamente não para interesses de nações, mas sim das grandes corporações multinacionais.²⁴ Contudo, a essência expansionista do capital imperialista não deixou de existir, mas se aprofundou. Neste novo movimento, segundo o autor, a economia se estrutura com um número menor de empresas por setor (muitas delas atuando em muitos setores), com maior capacidade de influência. Com isso, intensifica-se a concorrência entre essas empresas no palco mundial, palco este marcado por um sistema cada vez mais internacionalizado, passando a ter maior atuação em áreas

²² "Outro elemento externo que incidiu sobre o movimento de capitais alienígenas no pós-guerra foi a institucionalidade criada a partir de Bretton Woods. Essa conferência – realizada em julho de 1944 em New Hampshire, EUA – contou com representantes de 44 países e tinha por objetivo planejar a estabilidade da economia internacional e das moedas nacionais drasticamente afetadas pela II Guerra Mundial. O resultado do encontro foi a criação de órgãos multilaterais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Juntas, essas agências nasceram como tentativa de trazer harmonia e estabilidade ao sistema capitalista e ao mesmo tempo, ensejar um maior controle sobre as economias nacionais que o integraram" (CAMPOS, 2003, p. 10).

²³ Esta ideia está presente em muitos dos textos da Bibliografia selecionada, com destaque para Mariutti (2014b): "Pelo contrário: dadas as circunstâncias, o jogo de tensões produzidos no imediato pós-guerra possibilitaram a retomada do comércio internacional e a generalização do fordismo via IED cruzado, que abriram novas frentes de acumulação, sem romper com a institucionalidade financeira, já solidamente estabelecida no final do século XIX pelas transformações gerais orquestradas com a consolidação do capital financeiro e seu vínculo indissociável com o imperialismo" (MARIUTTI, 2014b, p. 10).

²⁴ Nelson Werneck Sodré afirma que o uso deste termo é "simples pseudônimo dos grandes monopólios internacionais" (SODRÉ, 1990, p. 159), que exprimem a natureza da exploração capitalista em essência.

menos industrializadas do que as nações avançadas, acentuando o movimento dos países avançados de assumir cada vez mais regiões periféricas, sem restrições. No outro sentido, o de manutenção da natureza do imperialismo clássico, podemos ressaltar os métodos: o uso da ameaça ou da força militar, uso da inteligência de guerra para monitoramento em escala mundial, assistência por parte das nações hegemônicas a governos contrarrevolucionários e auxílio econômico para criação de mecanismos e instituições que favoreçam aos movimentos do capital da grande empresa multinacional.

A simbiose de interesses civis (principalmente em relação à política externa americana), empresariais e militares torna-se cada vez maior (MAGDOFF, 1978). O domínio cada vez mais expansivo tornou-se cada vez mais urgente aos interesses da grande empresa multinacional. Esta não estimula este movimento apenas por uma questão de redução de custos. Além desse fator, estas empresas assumem esse caráter imperialista em busca de novas fontes de matéria-prima e para conseguir vantagens de monopólio, pensando em suas taxas de lucro, principalmente para fugir dos desafios de comércio internacional (MAGDOFF, 1978).

O advento da escalada da URSS no pós-guerra assume também papel importante²⁵ neste movimento, bem como os movimentos de independência.²⁶ Isso trouxe maior urgência para este novo período imperialista de garantir o controle da maior área possível, minimizando as perdas. A dominação não poderia se limitar a movimentos militares, o que trouxe uma maior racionalização²⁷ dos mecanismos de política e economia internacionais (MAGDOFF, 1978; FERNANDES, 2008). O sistema bancário estadunidense também se expandiu por todo o mundo,²⁸ assim como a

²⁵ Segundo Perry Anderson: "Opor-se à ameaça soviética era mais urgente do que o ajuste fino da Pax Americana: alguns de seus princípios teriam de ser protelados na resistência a ela. Ganhar aquilo que havia se transformado na Guerra Fria teria de vir em primeiro lugar" (ANDERSON, 2015, p. 33).

²⁶ A importância deste movimento é limitada, já que o Magdoff lembra que: "Embora as potências imperialistas não tenham entregado as colônias nem com satisfação nem com facilidade, o certo é que as principais metas do colonialismo haviam sido alcançadas antes da independência política: as colônias haviam sido entrelaçadas aos mercados capitalistas mundiais; seus recursos, economia e sociedade se haviam adaptado às necessidades dos centros metropolitanos. A tarefa do imperialismo tornara-se, então, conservar, tanto quanto possível, os benefícios econômicos e financeiros advindos das colônias. E isso supunha, é claro, a continuidade da dependência econômica e financeira desses países em relação ao centro metropolitano" (MAGDOFF, 1978, p. 42).

²⁷ Eduardo Mariutti coloca essa capacidade de racionalização da violência como elemento constitutivo do capitalismo, não se limitando ao período estudado aqui: "O capitalismo é um sistema de exploração que sempre teve uma elevada capacidade de ocultar as diversas formas de coerção – políticas e simbólicas – que engendra para poder operar, criando a ilusão de que a violência é uma herança pré-capitalista que será abolida pelo seu próprio desenvolvimento. Neste caso, o capitalismo é erroneamente concebido não somente como o indutor do "progresso material", mas também como portador de um aspecto civilizatório em um sentido bastante preciso: de substituir o conflito violento pelas formas sublimadas de competição racional, travadas no mercado e no jogo político 'democrático'" (MARIUTTI, 2016, p. 53).

²⁸ "Esse desenvolvimento bancário é um complemento apropriado para o novo papel dos Estados Unidos como líder e organizador da nova ordem imperialista. Que poderia ser mais natural que a coincidência: a) da muito difundida presença militar e política dos Estados Unidos no globo (via guerras, bases militares e ajuda econômica e militar); b) da posição dominante do capital norte-americano na criação de impérios industriais multinacionais; c) da evolução do dólar como meio-chave de pagamentos, crédito e reservas; e d) do crescimento dos bancos multinacionais" (MAGDOFF, 1978, p. 69). Além disso, o autor lembra que esse movimento é conjugado com a queda de lucratividade desses bancos dentro do território norte-americano.

influência das empresas petrolíferas, que elevaram sua imponência no Oriente Médio (MAGDOFF, 1978). A funcionalidade desse novo sistema imperialista não passou apenas pela ação dos Estados nacionais (principalmente o norte-americano), mas incluiu também planos de auxílio econômico e militar, e uma nova institucionalidade criada a partir de Bretton Woods:

A organização do sistema imperialista de após-guerra processou-se através das agências internacionais estabelecidas por volta do fim da guerra: Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, em cada uma das quais os Estados Unidos conseguiram, por várias razões, exercer papel de líderes. O sistema foi consolidado através das atividades da UNRRA, do Plano Marshall e vários programas de ajuda econômica e militar financiados e controlados por Washington (MAGDOFF, 1978, p. 43).

Como é possível captar a partir do que foi apresentado na parte sobre o debate clássico do imperialismo, os gastos militares exercem papel importante dentro da política externa dos EUA,²⁹ pela sua importância já demonstrada. Contudo, como visto anteriormente, no longo prazo, a necessidade de investimentos no setor bélico se elevava progressivamente, visando à manutenção do dinamismo na economia norte-americana; por outro lado, esse peso cada vez maior dos gastos militares limitaria a própria vitalidade da economia estadunidense (BLOCK, 1980).

Através dos IDEs das empresas americanas, os estadunidenses tornaram-se ainda mais aptos para a competição nos mercados estrangeiros, mas desta vez internamente, e não via comércio. E não apenas assumem parcela importante dos setores de investimento: garantem inserções monopolísticas, afetando posteriores concorrentes de outras nações avançadas (MAGDOFF, 1978). Campos (2015) ressalta que a forma de expansão da empresa multinacional dos EUA corrobora o esforço do governo americano em extirpar quaisquer possibilidades para a expansão socialista, principalmente na Europa.

Em decorrência da posição dos EUA como principais defensores do sistema imperialista, às demais nações avançadas restam a posição de inserção de dominância secundária,³⁰ ainda que possam exercer algum tipo de pressão em virtude de grande parte dos passivos em dólar estar em um seleto grupo desses países.

²⁹ Segundo Perry Anderson: "O objetivo do capital é o lucro. Qual é o objetivo do Estado? Em um linguajar educado, "segurança", cuja chegada como a definição convencional da finalidade última do Estado coincidiu, depois de 1945, com a sublimação universal dos ministérios da Guerra em ministérios da Defesa" (ANDERSON, 2015, p. 52).

³⁰ Esse sistema baseado na capacidade de apenas um Estado em prover as condições necessárias para a expansão irrestrita do capital é consequência da própria lógica do capital monopolista. Segundo Mészáros: "[...] dada a inexorabilidade da lógica do capital, era apenas uma questão de tempo até que o dinamismo do sistema atingisse, também no nível das relações entre Estados, o estágio em que uma única potência hegemônica submetesse todas as menos poderosas, independentemente do tamanho, e afirmasse seu direito exclusivo - em última análise insustentável e extremamente perigoso para o conjunto da humanidade - de ser o Estado do sistema do capital por excelência" (MÉSZÁROS, 2003, p. 46).

Desta forma, segundo Magdoff (1978, p.190), “os Estados Unidos podem dar as cartas, como maior protetor e organizador da rede imperialista”.

A manutenção desse sistema, principalmente com a íntima relação entre o sistema monetário mundial e o governo estadunidense, gerou elevadíssimos dispêndios por parte dos EUA, afetando inclusive seu Balanço de Pagamentos. Além do apoio ao sistema monetário mundial, os déficits dos Estados Unidos financiaram grande parte do investimento privado no exterior, além do auxílio direto a outros países, fator importante para conter o avanço de ideais de revolução social e do comunismo (HOBSBAWM, 1995; STATHAKIS, 2008), e despesas ligadas a seu amplo complexo militar. Mesmo assim, o país foi talvez o maior beneficiado deste processo. Isso porque:

Essas três atividades possuem um traço em comum: servem para manter e reforçar o *controle*. O investimento privado é engrenado no *controle*: controle das fontes de matéria-prima e controle de mercados – duas atividades inerentes a negócios monopolistas, na procura normal de maiores lucros e para a proteção das posições monopolistas. Também as despesas militares são necessárias ao controle: para levar adiante o papel de líder e administrador do sistema imperialista (MAGDOFF, 1978, p. 123-124, grifos do autor).

Nos países dependentes, segundo Harry Magdoff, que se integram de forma subordinada à divisão internacional do trabalho, o que se nota não é o rompimento com os mecanismos de dependência, mas estes se acentuam, mesmo em casos em que engendram processos de industrialização de maior fôlego. A dependência dos países subdesenvolvidos não é apenas de natureza econômica ou de inserção comercial, mas também tecnológica e financeira. Além disso, há de se ressaltar o papel extremamente eficiente do poder norte-americano em difundir novos padrões de consumo, de acordo com os interesses das grandes empresas multinacionais.³¹ E tais faces da dependência externa se retroalimentam:

A integração nos mercados capitalistas mundiais tem efeitos quase uniformes nos países fornecedores: 1) jamais chegam a entrar ou abandonam os caminhos que requerem independência e autoconfiança; 2) perdem a autossuficiência econômica e tornam-se dependentes das exportações, para sua viabilidade econômica; 3) sua estrutura industrial adapta-se às necessidades de fornecimento de artigos exportáveis especializados, a preços aceitáveis ao comprador, reduzindo assim a flexibilidade dos recursos produtivos, necessária para uma produtividade econômica diversificada e progressista (MAGDOFF, 1978, p. 219-220).

Segundo Hymer (1978), a empresa multinacional fez com que “outras instituições, particularmente as organizações trabalhistas e o governo” (HYMER, 1978,

³¹ Cfe. Campos (2015).

p. 64) passassem a ter um caráter muito mais internacionalizado.³² Mesmo se apoiando na atuação dos Estados nacionais, a empresa multinacional passou a criar cada vez mais condições de corroer as principais estruturas de controle destas instituições. Isso porque, segundo o autor, os instrumentos de controle do capital (tanto econômicos quanto políticos) passam a perder sua eficácia pelo avanço da abertura comercial e pelo papel dos IDEs no plano mundial. Hymer também certifica que o sistema imperialista conduzido pela lógica da empresa multinacional impede que os países dominados engendrem processos políticos e econômicos em prol da independência nacional, pelo fato de que a operacionalidade imperialista não se volta apenas às relações econômicas, mas a todas as outras esferas da sociedade.³³ Campos (2015), analisando o texto de Hymer, declara que isso ocorre pelas novas formas que a dominação sobre os países subdesenvolvidos assume. A descentralização industrial através do IDE, mantendo os centros de controle nos países avançados, e a união entre o capital estrangeiro e as burguesias nativas surgem como principais fatores. Sampaio Jr (2010) apresenta a principal motivação para esta subordinação à dominação imperialista no pós-guerra por parte dos países subdesenvolvidos, do ponto de vista interno: em prol da continuidade e do aprofundamento do processo de substituição de importações e considerando o reduzido grau de centralização e concentração do capital interno (além dos restritos mercados internos), esta submissão aos IDEs dos países dominantes do sistema significava explorar todas as possibilidades do processo de industrialização dentro dos marcos da dependência e subdesenvolvimento.

Michalet (1983) aponta uma característica essencial desta nova forma de imperialismo: o domínio capitalista sobre as áreas periféricas não se dá apenas pelas relações de comércio, mas se aprofunda a expansão da relação de produção capitalista, desta vez engendrada dentro da própria empresa multinacional, sem que isso abarque consigo uma profunda transformação social. Pelo contrário, as formas

³² Para o autor, pelo fato de que esta dimensão internacionalizada não consegue ser plenamente suprida pela atuação da empresa multinacional, isso faz com que isso seja uma fonte que coloque esse tipo de empresa em xeque.

³³ "Para Hymer (1978), as formas de organização internacional das corporações impunham um bloqueio à possibilidade dos centros internos de decisão dos países periféricos manejarem sua política econômica conforme suas próprias necessidades, uma vez que tanto a gestão macroeconômica, especialmente no que tange câmbio, política fiscal e política monetária, quanto à legislação específica para investimentos internacionais, ficavam reféns da lógica de valorização. A ação era traçada do vértice das estruturas industriais multinacionais que tomavam decisões sempre em termos relativos, mediante amplo leque de países potenciais a remunerar suas apostas. Desse modo, o IDE tornou-se um alvo preciso, isto é, uma arma do amplo arsenal imperialista que garantiu a posição oligopolista nos mercados internos integrados multinacionalmente. Através do IDE, solidificou-se a posição oligopolista, sancionando a diferenciação contínua dos produtos industrializados, em grande parte bens de consumo duráveis voltados para a faixa de renda mais enriquecida da população. O saldo desse processo se revelou muito mais pelos meios de valorização da corporação internacional, quanto pelas necessidades históricas intrínsecas aos espaços econômicos nacionais periféricos" (CAMPOS, 2015, p. 20-21).

mais arcaicas são ainda mais enraizadas nestas sociedades.³⁴ Trata-se cada vez mais de um processo de desenvolvimento desigual e combinado muito próximo ao que Trotsky propunha.³⁵ Segundo o autor, este processo consiste na “unidade dos processos de produção e de circulação que caracteriza o ciclo do capital” (MICHALET, 1983, p. 100). Para Campos (2015), à luz de Michalet, a descentralização produtiva fez com que a criação de mais-valor não precisasse se limitar a um ou outro território, mas pode seguir a rota que bem entender, de acordo com as possibilidades de taxa de mais-valor. Contudo, seu controle ainda fica restrito às formas profundas de gerência e de propriedade das empresas multinacionais, localizadas nos países avançados. Assim, os objetivos estipulados para esta criação de mais-valor é completamente externa e pouco se relaciona com seu país de origem.³⁶ Michalet (1983) também lembra que a empresa multinacional é capaz de aproveitar ao máximo as vantagens de uma difusão mundial do modo de produção capitalista, principalmente com “a homogeneização das técnicas de produção e da organização do trabalho” (MICHALET, 1983, p. 162), reduzindo as exigências em relação ao tipo de trabalhador necessário para a criação de mais-valor, aliando-se ao fator de baixa remuneração do trabalhador nas áreas mais atrasadas do globo. O que fica visível neste processo é como o imperialismo se aprofunda no período, com o maior acesso aos mercados e barateamento dos fatores de produção. E este fato, segundo Fernandes (2005), inibe quaisquer possibilidades de um desenvolvimento dotado de autonomia em relação ao grande capital multinacional dentro do cenário proposto por esse capitalismo monopolista que se impõe mundialmente.

Ainda sobre o mundo subdesenvolvido que foi alvo desses IDEs da grande empresa multinacional, os objetivos de política econômica voltavam-se para a criação das melhores condições possíveis para a atração de grandes multinacionais, em prol do desenvolvimento interno das forças produtivas, independentemente de

³⁴ Sobre a continuidade destas formas arcaicas, Florestan Fernandes diz: “Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado” (FERNANDES, 2008, p. 61).

³⁵ Florestan Fernandes afirma: “Para atingir os seus objetivos comerciais, financeiros ou políticos elas não precisavam interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras; ao contrário, essas estruturas lhes eram altamente vantajosas, já que economias desse tipo não dispunham de mecanismos econômicos reativos de autodefesa. A incorporação, por sua vez, não se fazia à economia capitalista central, mas ao império econômico das grandes corporações envolvidas” (FERNANDES, 2005, p. 295-296).

³⁶ Prado Jr. (1958) já afirmava algo semelhante em artigo publicado na Revista Brasiliense, ao mostrar que o investimento direto estrangeiro exerce forte concorrência contra o capital brasileiro, principalmente em relação às melhores oportunidades de investimento: “[...] a política financeira de qualquer empreendimento comercial é norteado unicamente por interesses estritamente comerciais que no caso das empresas estrangeiras que operam em países como o nosso, têm como centro nevrálgico e decisório muito distante de nós. A perspectiva dessas empresas é internacional, e basta que em qualquer outra parte do mundo se apresentem oportunidades mais favoráveis – e isso sempre pode ocorrer e efetivamente ocorre nesta permanente variação da conjuntura que caracteriza a vida econômica moderna – para que as atenções e capitais das empresas internacionalmente organizadas se desloquem do nosso País” (PRADO JR., 1958, p. 38).

quem, de fato, efetuava o controle. Para isso, eram necessários regimes autoritários para conseguir garantir privilégios a uma classe dominante cada vez menos numerosa e cada vez mais internacionalizada (MARIUTTI, 2014b). Sodré (1990) afirma que a exploração imperialista via investimentos das multinacionais passa a elevar os problemas dos países subdesenvolvidos relacionados às remessas de lucros e ao câmbio.

Segundo Campos (2014), o imperialismo expandiu neste período sua capacidade de domínio para todas as dimensões da sociabilidade humana, superando quaisquer fronteiras que pudessem tentar se opor à lógica de valorização deste capital da grande multinacional, se escondendo muitas vezes em conceitos como "liberdade e democracia". Este processo não se utilizava apenas de mecanismos institucionais, mas também de meios de difusão de informação para grandes massas populacionais. Para encerrar esta seção, Florestan afirma o seguinte sobre o caráter deste imperialismo, muito mais acentuado do que o que podia ser visto na época do debate clássico, mostrando também a forma articulada e dependente pela qual se associará a periferia:

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total.³⁷ Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. [...] o industrialismo e a prosperidade capitalista virão finalmente, mas trazendo consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo (FERNANDES, 2005, p. 320).

Como apresentado até agora, o imperialismo, no decorrer do tempo, revelou sua verdadeira natureza de submissão global à lógica de valorização do capital por mecanismos muito mais ligados à esfera econômica, ainda que os elementos extraeconômicos de violência ainda tenham razoável importância. A relação entre Estado e grande empresa (agora multinacional) torna-se muito mais favorável a este lado da balança, ainda que os Estados ainda tenham importante função de prover segurança para o movimento mundial do capital. A propósito, a nova forma imperialista não mais se apoia num equilíbrio de nações imperialistas, mas no poder de

³⁷ "Desse modo, o que Fernandes chamou de 'imperialismo total' significava a difusão de valores fordistas dos países hegemônicos do capitalismo, em especial a economia norte-americana, subordinando as burguesias periféricas em um heterogêneo espaço transnacional. O adjetivo 'total' refere-se que tanto as condições para disputa desse espaço para o capital monopolista, quanto a sua capacidade expansiva econômico-militar, eram qualitativamente e quantitativamente diferentes que da época de Lênin" (CAMPOS, 2014, p. 4).

sua nação hegemônica, os Estados Unidos, colocando as demais nações dominantes em posição secundária de dominação no plano internacional.³⁸

Para os países subdesenvolvidos, o destino foi se associar com o capital multinacional, de modo subalterno e dependente, com burguesias locais que se identificam muito mais com os interesses do capital do que da nação, do povo e da coletividade. Além disso, por não contar com o apoio de nenhum esforço como o Plano Marshall ou similar, acentuaram os laços de dependência através de empréstimos realizados com as instituições fundadas a partir de Bretton Woods, o FMI e o BIRD.³⁹ Os Estados destes países, a mercê destas burguesias, seguem pelo mesmo trilho de aprofundamento da dependência e impossibilitando qualquer perspectiva de emancipação social.

4. Considerações Finais

A tentativa deste artigo era, primeiramente, mostrar os elementos endógenos do capitalismo que consolidaram o Imperialismo no período clássico: a necessidade da exportação de capital; o uso recorrente da violência, sendo esta implícita em mecanismos econômicos, ou explícita; a consolidação dos trustes monopolistas; por fim, a simbiose entre rivalidade interimperialista e rivalidade interestatal. Posteriormente, intencionava-se observar como estes elementos se acentuaram no período da “Era de Ouro” que, ao invés de ser um período de atenuação do capitalismo, passou a observá-lo em sua forma mais autêntica.

O Imperialismo, no decorrer do tempo, revelou sua verdadeira natureza de submissão global à lógica de valorização do capital por mecanismos muito mais ligados à esfera econômica, ainda que os elementos extraeconômicos de violência ainda tenham razoável importância. A relação entre Estado e grande empresa (agora multinacional) torna-se muito mais favorável a este lado da balança, ainda que os Estados mantenham importante função de prover segurança para o movimento mundial do capital. A propósito, a nova forma imperialista não mais se apoia num equilíbrio de nações imperialistas, mas no poder de sua nação hegemônica, os

³⁸ “[...] para ser realmente eficaz, o imperialismo tem de estabelecer a supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras, porque, se o capital global precisa de um sistema ordenado de múltiplos Estados, é difícil ver como ele poderia tolerar um sistema no qual o poder militar é distribuído de forma mais ou menos igualitária entre os diversos Estados” (WOOD, 2014, p. 11).

³⁹ “Os países da periferia não gozaram dos recursos disponibilizados pelo Plano Marshall, entretanto, as instituições que foram criadas no ventre de dominação norte-americana, como o FMI e o BIRD, estiveram, desde sua criação, permanentemente em contato com as políticas econômicas exercidas pelos governos dos países subdesenvolvidos. Tais órgãos funcionaram muito mais como forma de manter esses países na dependência de sua influência externa, do que para auxiliá-los no desenvolvimento econômico. O fato de estarem reconhecidamente a serviço dos interesses da política externa norte-americana, impôs aos países periféricos da América Latina a necessidade de manterem políticas econômicas ajustadas a suas diretrizes ortodoxas, consubstanciadas na exigência automática de alinhamento ideológico ao bloco capitalista. Dessa maneira, tanto a estratégia de implantação das empresas estrangeiras – através do IDE, em países periféricos – quanto o afluxo de empréstimos e financiamentos externos desses órgãos multilaterais, estiveram no contexto da Guerra Fria” (CAMPOS, 2003, p. 12).

Estados Unidos, colocando as demais nações dominantes em posição secundária de dominação no plano internacional.⁴⁰

Para os países subdesenvolvidos, o destino é a associação com o capital multinacional, de modo subalterno e dependente, com burguesias locais que se identificam muito mais com os interesses do capital do que da nação, do povo e da coletividade. Os Estados destes países, a mercê destas burguesias, seguem pelo mesmo trilho de aprofundamento da dependência e impossibilitando qualquer perspectiva de emancipação social.

Referências

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARANTES, Paulo. Precisamos de algo politicamente revelador e contundente. In: LOUREIRO, Isabel. (org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 107-126.

BLOCK, Fred L. **Los orígenes del desorden económico internacional: la política monetaria internacional de los Estados Unidos, desde la Segunda Guerra Mundial hasta nuestros días**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CAMPOS, Fábio Antonio de. **Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)**. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas/SP, 2003.

CAMPOS, Fábio Antonio de. Complexo multinacional e a “Lei de Remessas de Lucro” (1956-1973), **Texto para discussão nº 245, Instituto de Economia – Unicamp**, 2014, p. 1-28.

CAMPOS, Fábio Antonio de. Imperialismo e internacionalização dos mercados Latino-americanos nos anos 1950, **Revista Economia Ensaios**, v. 30, n. 1, 2015, p. 7 – 34.

CAMPOS, Fábio Antonio de; SABADINI, Mauricio de Sousa. Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e exportação de capital, **Texto para discussão nº 243, Instituto de Economia – Unicamp**, 2014, p. 1-27.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira, **Outubro**, nº 16. São Paulo, 2007, p. 75-107.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

⁴⁰ “[...] para ser realmente eficaz, o imperialismo tem de estabelecer a supremacia política e militar de uma potência sobre todas as outras, porque, se o capital global precisa de um sistema ordenado de múltiplos Estados, é difícil ver como ele poderia tolerar um sistema no qual o poder militar é distribuído de forma mais ou menos igualitária entre os diversos Estados” (WOOD, 2014, p. 11).

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

_____. **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1998.

_____. Crítica da economia política, por Karl Marx. In: PAULO NETTO, J. **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas/SP: FE/Unicamp, 2011.

LÖWY, Michael. **A Política do Desenvolvimento Desigual e combinado: A Teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Sundermann, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo (seção III) / Anticrítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGDOFF, Harry. **A era do Imperialismo: A Economia da Política Externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações Clássicas do Imperialismo, **Texto para discussão nº 216, Instituto de Economia – Unicamp**, 2013, p. 1-44.

_____. Rosa Luxemburgo: capitalismo, reprodução ampliada e violência, **Texto para discussão nº 228, Instituto de Economia – Unicamp**, 2014, p. 1-10.

_____. Violência, capitalismo e mercadorização da vida, **Texto para discussão nº 240, Instituto de Economia – Unicamp**, 2014, p. 1-22.

_____. Capitalismo, relações de propriedade e violência: a aceleração do tempo e imperialismo. In: COSTA, J. D. (org). **Capitalismo histórico e alternativas: diálogos com Análises dos Sistemas-Mundo**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MICHALET, Charles-Albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRADO Jr., Caio. Capitais estrangeiros e capitais nacionais, **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.18, p. 33-42, jul/ago, 1958.

SAMPAIO Jr., Plínio Soares Arruda. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução (Apresentação). In: LENIN, V. I. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas/SP: FE/Unicamp, 2011.

SINGER, Paul. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: LOUREIRO, I. (org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 13-32.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

STATHAKIS, Giorgos. Imperialism: Old and New Theories, **International Journal of Economic Sciences and Applied Research**, v. 1, n. 1, 2008, p. 100-124.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen Meskins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.